

CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVII nº 717
8 a 21 de fevereiro de 2016

FOMENTO À INOVAÇÃO

NOVO MARCO REGULATÓRIO CRIA AMBIENTE FAVORÁVEL
A EMPRESAS E ESTIMULA PARCERIA COM UNIVERSIDADES

MINISTRA ELLEN GRACIE
ANALISA PROGRAMAS
DE COMPLIANCE
Págs. 8 e 9



Sistema FIRJAN | www.firjan.com.br

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

CARLOS MARIANI BITTENCOURT É HOMENAGEADO

O governo do Japão condecorou o vice-presidente do Sistema FIRJAN, Carlos Mariani Bittencourt, com a "Ordem do Sol Nascente, Raios de Ouro com Laço", do ano de 2015. A honraria, estabelecida em 1875 pelo Imperador Meiji do Japão, é atribuída àqueles que contribuíram com grandes realizações em relações internacionais, promoção da cultura japonesa,

desenvolvimento de bem-estar ou preservação do meio ambiente. Mariani Bittencourt é *chairman* do lado brasileiro do Wise Men Group - Grupo de Notáveis para uma Parceira Econômica Estratégica Brasil-Japão. A cerimônia foi realizada em 4 de fevereiro, na residência do cônsul geral do Consulado do Japão, no Rio de Janeiro.

EMPRESAS PARTICIPAM DA SEGUNDA FASE DO EDITAL SENAI SESI DE INOVAÇÃO

As 12 empresas participantes do terceiro ciclo do Edital SENAI SESI de Inovação entraram na segunda fase de seleção do programa. Com o objetivo de prepará-las para essa etapa, em que são avaliados o Plano de Projeto e o Project Model Canvas, o Sistema FIRJAN promoveu uma reunião em que foram discutidos os principais requisitos a serem considerados na elaboração dos documentos.

Participaram do encontro os técnicos dos Centros de Tecnologia SENAI e do Instituto SENAI de Inovação em Química Verde, além dos especialistas da

Gerência de Inovação e Desenvolvimento (GID). Na ocasião as empresas associadas à Federação também foram apresentadas aos consultores do Sebrae, que as orientaram na estruturação dos projetos. A reunião aconteceu em janeiro, na Faculdade SENAI Rio.

Com três ciclos de avaliações, o edital contempla fases que vão desde a qualificação das ideias, passando pela submissão de projetos até a contratação das melhores propostas. Na edição de 2015 foi disponibilizado um orçamento total de R\$ 41 milhões, divididos em projetos de até R\$ 400 mil.

EMPRESÁRIOS DISCUTEM ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DO RIO

O Sistema FIRJAN mobiliza empresários para discutir os critérios de implantação do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Rio de Janeiro (ZEE/RJ), instrumento que definirá as fronteiras territoriais de expansão econômica fluminense. Em janeiro, a Federação promoveu encontros com técnicos do Instituto Estadual do Ambiente (Inea) nas sedes das Representações Regionais FIRJAN/CIRJ na Região Serrana, em Petrópolis, e no Sul Fluminense, em Volta Redonda.

Ignez Vargas, assessora do Fórum Empresarial de Agroindústria do Sistema FIRJAN, explica que a participação da indústria é fundamental nesta etapa do debate. "O ZEE não se refere apenas ao setor agrícola, mas é um disciplinamento do uso tanto do solo urbano quanto rural", afirma. O governo do estado está na fase de conclusão do mapeamento das regiões fluminenses com possibilidade de expansão urbana, econômica e social, com base em critérios ambientais e das atividades produtivas. O prazo de consulta pública foi prorrogado para 31 de março.

SENAI E ESTALEIRO BRASA: PARCERIA EM QUALIFICAÇÃO

O SENAI e o Estaleiro Brasa capacitarão em soldagem 24 moradores da Ilha da Conceição, em Niterói. As aulas terão início em fevereiro e serão ministradas por professores do SENAI, na Escola de Solda do Estaleiro Brasa.

A iniciativa tem como objetivo a formação inicial de jovens e adultos nos processos de soldagem, com a aplicação de normas e procedimentos técnicos, ambientais, de qualidade, saúde e segurança no trabalho. Serão três modalidades de formação profissional, com base na maior demanda da indústria naval e *offshore*: juntas soldadas, eletrodo revestido e TIG (sigla em inglês de *Tungsten Inert Gas*).

UNIDADE MÓVEL DO LABORATÓRIO BIM CHEGA EM TRÊS RIOS

A unidade móvel do laboratório BIM (*Building Information Modeling*) estará no município de Três Rios, levando qualificação para os profissionais da indústria de construção civil. A iniciativa, prevista para março, atende a uma solicitação do Sindicato das Indústrias da Construção Civil de Três Rios, Paraíba do Sul, Areal, Comendador Levy Gasparian e Sapucaia (Sindicom-TR).

Serão ofertados cursos de curta duração em Revit nos níveis básico e avançado, além de *workshops* para apresentação da plataforma BIM. A unidade móvel também percorrerá outras cidades do interior do estado do Rio ao longo do ano. “Nosso sindicato

solicitou a vinda do laboratório porque é importante difundir um conhecimento que facilita o planejamento e execução das obras, simplificando o trabalho dos profissionais de arquitetura e de engenharia”, afirma Waldir dos Santos Junior, presidente do Sindicom-TR.

Além da unidade móvel, a FIRJAN inaugurou, em 2015, um moderno laboratório BIM no SENAI Cinelândia. Ambas as iniciativas respondem a uma demanda do segmento por atualização tecnológica e têm origem no estudo Construção Civil – Desafios 2020, elaborado pela Federação e pela Fundação Getulio Vargas. O documento traçou um planejamento estratégico para o desenvolvimento dessa indústria no estado.

OFICINA DE MOULAGE PARA PROFISSIONAIS DO SETOR DE VESTUÁRIO

O Sindicato das Indústrias do Vestuário do Sul do Estado do Rio de Janeiro (Sindvestsul), em parceria com o Sistema FIRJAN, capacitou profissionais do segmento de uniforme da região, que representam 18,5% das empresas do setor. Colaboradores de dez empresas participaram da primeira etapa do Workshop de Uniformes Sindvestsul.

Os analistas de Moda do SENAI Claudinéia Figueira e Júlio Monnerat apresentaram aos participantes informações sobre materiais, mercado, fornecedores, além de processos de modelagem como *Moulage*, que utiliza o manequim para ensinar desenvolvimento mais preciso da peça. “A técnica faz com que as empresas trabalhem detalhes do uniforme e novas formas de modelagem, aumentando assim seu valor e competitividade no mercado”, explicou Solange Carvalho, presidente do Sindvestsul e diretora da Pion G Plus. O curso foi realizado em janeiro,

em Volta Redonda. A próxima etapa está prevista para julho, com os mesmos participantes. Mais informações pelo e-mail sindvestsul@outlook.com.



Divulgação

Workshop de Uniformes Sindvestsul, em Volta Redonda

FIRJAN OFECERE FORMAÇÃO EM PIZZAIOLO EM NOVA FRIBURGO

Os estabelecimentos do setor de alimentos do Centro-Norte Fluminense poderão contar com profissionais mais capacitados no mercado. O Sistema FIRJAN oferece gratuitamente, pelo Sindicato das Indústrias de Alimentação de Nova Friburgo e Região (Sindanf), 20 vagas para formação em pizzaiolo. A iniciativa integra o Programa de Qualificação Setorial do SENAI. As aulas serão ministradas na Padaria Escola do SENAI Nova

Friburgo. “A estrutura oferecida pela FIRJAN é espetacular, tem equipamentos modernos e todos os itens necessários para a produção. Possibilita que os alunos desenvolvam todas as competências que o mercado exige”, observou Paulo Cezar de Oliveira, presidente do Sindanf.

O curso começa em 22 de fevereiro. Informações sobre os próximos cursos pelo e-mail sindanf@hotmail.com.

INDÚSTRIAS AERONÁUTICA E DE BEBIDAS CONTRATARAM MAIS

Em Petrópolis, dois setores registraram crescimento no número de postos de trabalho: Bebidas e Aeronáutica. No entanto, a cidade registrou crescimento do mercado de trabalho inferior à média fluminense, reduzindo a quantidade de trabalhadores da indústria em setores tradicionais do município.

As informações constam do Retratos Regionais, que avaliou a economia da área de abrangência da Representação Regional FIRJAN/CIRJ na Região Serrana. O estudo analisa dados econômicos e do Ministério do Trabalho e Emprego referentes ao período de 2010 a 2014, refletindo o início da crise econômica do país, que se agravou profundamente no ano seguinte.

Em relação ao mercado de trabalho, a cidade emprega 75 mil trabalhadores, correspondentes a 1,6% dos postos fluminenses. A indústria concentra 26,3% do total,

estando à frente do Comércio, e tem na Indústria da Transformação e na Construção Civil os segmentos mais preponderantes na geração de empregos.

Os setores Têxtil e Produtos Diversos também se apresentam relevantes para a economia local por reterem considerável

porcentagem do total da mão de obra fluminense nestes segmentos, assim como a indústria aeronáutica, que emprega mais da metade dos trabalhadores dessa indústria no estado do Rio.

“Houve a entrada de novas empresas de médio e grande portes nos segmentos de aeronáutica e bebidas, que geraram mais empregos. As indústrias tradicionais na região, como têxtil e vestuário, vêm, no entanto, dispensando trabalhadores”, explica Marcelo Nicoll, especialista em Desenvolvimento Econômico da Federação.

O valor agregado da indústria de Petrópolis cresceu 70,7% entre 2007 e 2012, consolidando-se como o segundo setor com maior participação no Produto Interno Bruto (PIB) da cidade. Segundo o levantamento, o setor industrial é responsável por 34,8% do PIB local, atrás de Serviços e Comércio

“Houve a entrada de novas empresas de médio e grande portes nos segmentos de aeronáutica e bebidas, que geraram mais empregos”

Marcelo Nicoll
Especialista em Desenvolvimento Econômico da Federação

PIB DA SERRANA POR SETORES ECONÔMICOS (R\$ MILHÕES A PREÇOS CONSTANTES DE 2012)

Setor econômico	2002	2007	2011	2012	Variação 12/07	Participação no PIB (2012)	
						da Região	do RJ
Indústria	1.171	1.860	3.811	3.175	70,7%	34,8%	2,3%
Serviços e Comércio	3.041	3.008	3.541	3.575	18,9%	39,1%	1,7%
Administração Pública	1.198	1.180	1.339	1.391	17,9%	15,2%	1,8%
Agropecuária	15	9	15	16	75,5%	0,2%	0,9%
Impostos	631	602	960	975	62,0%	10,7%	1,3%
Petrópolis (Serrana)	6.055	6.659	9.666	9.133	37,1%	100,0%	1,8%
Estado do Rio	363.907	411.945	485.169	504.221	22,4%		
Participação da região no ERJ	1,7%	1,6%	2,0%	1,8%			

Nota: Indústria engloba Indústria Extrativa, Indústria da Transformação, Construção Civil e Serviços Industriais de Utilidade Pública. Impostos somente os recolhidos sobre a atividade produtiva, como ICMS, II, IPI e ISS - não inclui IR, IPTU, ITR.
Elaboração: Sistema FIRJAN com dados do IBGE.

PIB E PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NA ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS DA SERRANA (2012)

Município	Indústria	Serviços e Comércio	Administração Pública	Agropecuária	Impostos	R\$ milhões
Petrópolis (Serrana)	34,8%	39,1%	15,2%	0,2%	10,7%	9.133
Estado do Rio	27,4%	42,1%	15,3%	0,4%	14,9%	504.221

Elaboração: Sistema FIRJAN com dados do IBGE.

(39,1%). A agropecuária, cuja participação na riqueza regional responde por apenas 0,2%, também apresentou crescimento expressivo de 75,5%.

Com 298 mil habitantes, equivalentes a 1,8% da população fluminense, o município teve crescimento demográfico abaixo da média estadual nos últimos quatro anos: 0,8%, contra 3,5%, respectivamente. Contudo, a cidade cresceu cerca de 15 pontos percentuais acima da produção do estado no período de 2010 a 2014.

“É interessante notar que o crescimento do PIB acima do estado foi puxado pela indústria, sobretudo devido à entrada de empresas de alto valor agregado”, avalia Nicoll.

A característica deste município é a alta concentração de micro empresas (83,6%). No entanto, a cidade tem mais indústrias de grande porte do que a média do estado nos segmentos Bebidas, Aeronáutica e Produtos Diversos. Na Indústria da Transformação, o setor com maior número de estabelecimentos é Vestuário e Acessórios, seguido de Mobiliário, Têxtil e Produtos de Metal.

AVALIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS

Para Paulo Noel, presidente do Sindicato das Indústrias de

Marcenaria, Móveis de Madeira, Serrarias, Carpintarias e Tanoarias de Petrópolis (Sindmarcenaria), o crescimento industrial observado no estudo reflete um período de maior otimismo no setor privado.

“Se tivéssemos mais incentivos e redução da burocracia, todos os segmentos industriais de Petrópolis teriam excelente desempenho”

Valter Zanacoli
Presidente do Sigrap-RJ

“Nós tínhamos condições mais favoráveis naquele momento. Havia uma procura maior por negócios do que temos hoje. Agora precisamos criar um ambiente econômico melhor para o estado e para a região, e isso passa por um cenário político em que haja confiança dos empresários no governo”, afirma Noel, que também preside a Show Móveis.

Na avaliação de Valter Zanacoli, presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas de Petrópolis (Sigrap-RJ), a região tem características positivas para o

desenvolvimento da atividade industrial: “Nós temos uma linha produtiva bem variada, com força em diversos setores. Se tivéssemos mais incentivos e redução da burocracia, todos os segmentos industriais de Petrópolis teriam excelente desempenho”.

Roberto Badro, presidente do Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria de Petrópolis (Sindpães), destaca o aumento no custo de produção como fator a ser superado para o incremento da indústria local. “Os empregos em alguns setores industriais encolheram e um dos fatores responsáveis por isso é o custo operacional. Com aumento da carga tributária e o alto preço da energia, será mais difícil superar a crise”, analisa.

Para Waltraud Keuper, presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Petrópolis (Sindmmep), o Retratos Regionais cumpre um importante papel ao apresentar um panorama da economia das cidades fluminenses. “Esse estudo é muito relevante porque ajuda o empresário a enxergar a realidade local. E é mais importante ainda quando chega às mãos do governo, porque é um trabalho sério e baseado em dados oficiais”, diz ela, que também preside a Representação Regional FIRJAN/ CIRJ na Região Serrana.

NOVO MARCO REGULATÓRIO FACILITA DESENVOLVIMENTO DA INOVAÇÃO NO SETOR PRIVADO

Uma nova legislação estabelece maior aproximação entre empresas privadas e universidades públicas para o fomento à inovação no país. O Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (PLC 77/2015), sancionado em janeiro, traz avanços como a possibilidade de utilização de laboratórios universitários pelas indústrias para o desenvolvimento tecnológico de novos produtos e serviços. Outra vantagem para as empresas é a possibilidade de usar os recursos não reembolsáveis, obtidos do governo para projetos de pesquisa, na compra de máquinas e equipamentos.

De acordo com Bruno Gomes, diretor de Inovação do Sistema FIRJAN, apesar de ainda possuir lacunas em seu texto, o marco regulatório demonstra um avanço para implementação de projetos de inovação por meio do incentivo de parcerias entre Academia, Indústria e Governo: "A aprovação do novo marco é uma grande conquista, principalmente porque aproxima os agentes do Sistema Nacional de Inovação. É uma sinalização de confiança e de aproximação de atores para gerar inovação no país".

As alterações respondem aos gargalos identificados na Pesquisa de Inovação, produzida pelo Sistema FIRJAN em 2015. O levantamento apontou a compra de máquinas e equipamentos como a principal atividade inovadora das empresas, sendo utilizada por metade das 236 indústrias ouvidas. O levantamento também detectou a falta de equipe técnica qualificada e de parcerias com universidades como um dos maiores entraves na obtenção de financiamento.



Divulgação/Condor S/A

Arma elétrica Spark, desenvolvida a partir de pesquisas realizadas pela Condor S/A

“Essas mudanças permitem que se realize uma série de trabalhos em conjunto com a academia, uma demanda antiga das empresas”

Carlos Erane de Aguiar
Presidente da Condor S/A

Para Carlos Erane de Aguiar, presidente da Condor S/A, o novo marco pode impulsionar a criação de novas tecnologias no país. “Essas mudanças viabilizam a encomenda de pesquisas e permitem que se realize uma série de trabalhos em conjunto com a academia, uma demanda antiga

das empresas”, afirma Erane, que também coordena o Fórum de Defesa e Segurança da Federação.

Uma das inovações desenvolvidas por sua companhia é a arma elétrica Spark, não letal. “Estamos desenvolvendo a segunda geração dessa arma. A indústria nunca conseguiu trabalhar plenamente em parceria com as universidades, essa mudança nos levará a um novo patamar colaborativo”, destaca ele, que também preside a Representação Regional FIRJAN/CIRJ na Baixada Fluminense.

VETOS

Apesar de o marco estabelecer melhorias no ambiente de inovação para as empresas, oito artigos do texto original foram vetados. Entre os pontos rejeitados estão a importação sem impostos de insumos para o desenvolvimento de tecnologia e a dispensa de licitação nos projetos de CT&I que contratem de micro e

pequenas empresas. “A lógica dos vetos não foi sob a perspectiva da inovação, mas é relativa a preocupações de impacto fiscal”, analisa Naldo Dantas, secretário executivo da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei). A entidade estuda uma negociação direta com o Poder Executivo para reverter os artigos vetados, por meio da publicação de medidas provisórias.

SENAI APOIA INOVAÇÃO

Com ações para melhorar o ambiente de negócios e a prestação de serviços tecnológicos para

geração de inovação, o Sistema FIRJAN, por meio do SENAI, potencializa a competitividade das indústrias fluminenses, desde a identificação de oportunidades de inovação nas empresas até o acesso a novos mercados. A atuação contempla as Representações Regionais FIRJAN/CIRJ na promoção da inovação e apresenta as principais oportunidades de fomento. Os Centros de Tecnologia SENAI (CTSs) e o Instituto SENAI de Inovação (ISI) são parceiros na execução de projetos de consultoria e pesquisa aplicada

para novos produtos e processos. Em 2015, novas frentes de prestação de serviços de tecnologia e inovação foram lançadas, como o Laboratório Aberto, a Entidade Gestora Técnica para Cerâmica Vermelha (EGT), e o ISI Química Verde. “Esses investimentos são a resposta do Sistema FIRJAN de que a inovação é essencial para competitividade das indústrias do estado do Rio”, afirma Bruno Gomes.

Mais informações sobre os serviços pelos telefones 0800 0231 231 ou 4002 0231, ou pelo e-mail inovacao@firjan.org.br.

CONFIRA OS PRINCIPAIS IMPACTOS PARA AS INDÚSTRIAS DO RIO



Recursos de subvenção econômica serão aplicados no financiamento de P&D, bem como na aquisição de máquinas e equipamentos para inovação nas empresas



Universidades e institutos de pesquisa podem compartilhar o uso de seus laboratórios e equipes com as empresas, para fins de pesquisa



O pagamento das taxas administrativas (cobertura de despesas operacionais e administrativas) para as Fundações de Apoio de universidades e institutos de pesquisa fica vetado



Regras simplificadas facilitarão a importação de material de pesquisa pelas empresas



Professores das universidades públicas em regime de dedicação exclusiva podem exercer atividade de pesquisa também no setor privado, com remuneração



A União pode financiar, fazer encomendas diretas e até participar de forma minoritária do capital social de empresas com o objetivo de fomentar inovações



Empresas envolvidas nos projetos podem manter a propriedade intelectual sobre os resultados das pesquisas



Implantação de ambientes promotores da inovação, incluídos incubadoras de empresas e parques tecnológicos, como o da UFRJ – cujo Conselho Diretor é integrado pela FIRJAN

PROGRAMA DE COMPLIANCE: PILAR DA BOA GESTÃO

A Lei Anticorrupção entrou em vigor em 2013 no Brasil. Após sua regulamentação, por meio do Decreto nº 8.420/2015, a adoção de programa de integridade passou a ser exigida também para micro e pequenas empresas. **Ellen Gracie**, ex-ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Comitê de *Compliance* do Sistema FIRJAN, defende a implementação de programas de governança para a sustentabilidade das empresas. Em entrevista à Carta da Indústria, Ellen fala sobre os benefícios da governança corporativa para as organizações e seus principais pilares.



Antonio Batalha

CARTA DA INDÚSTRIA – A Lei nº 12.846/2013, conhecida como “Lei Anticorrupção”, trata de temas como *compliance*, programa de integridade e acordo de leniência, até então pouco discutidos entre as micro e pequenas empresas. O que mudou efetivamente?

ELLEN GRACIE – Mover a estrutura de uma organização para adotar, efetivamente, um programa de *compliance*, que inclua medidas de realização de negócios aderentes à ética, à transparência e à honestidade, em diversos casos, é encarado como um desafio. Essa já é a realidade em vários países, especialmente na Europa e na América do Norte. No Brasil, a falta de uma regulamentação específica sobre o tema servia para justificar a inexistência de programas de integridade na maioria das organizações. Há alguns anos, apenas as companhias de capital aberto tinham alguma estrutura dirigida ao atendimento de mecanismos de governança corporativa. Contudo, vários temas começaram a ganhar evidência mais recentemente. Como consequência, o *compliance* passou a local de destaque em qualquer ambiente corporativo. Sendo assim, as micro e pequenas empresas que estiverem alinhadas às novas exigências sustentarão uma boa imagem perante o mercado.

Veja que a lei brasileira é recente (2013) e, no intuito de facilitar e acelerar a implantação de medidas que disseminam um modelo de gestão transparente, foi

publicado o Decreto 8.420/15, que, entre outros pontos, descreveu o chamado Programa de Integridade. Trata-se de um conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

CI – Quais as dificuldades e benefícios encontrados pelos micro e pequenos empresários para estruturar suas respectivas áreas de *compliance*?

EG – Algumas características do Programa de Integridade o tornam de difícil implantação para as pequenas e médias empresas, principalmente em razão dos elevados custos que podem gerar à organização. Por isso, a Controladoria Geral da União e a Secretaria da Micro e Pequena Empresa publicaram a Portaria Conjunta 2.279/2015, que dispõe sobre a avaliação de programas de integridade de microempresa e de empresa de pequeno porte. E tem como finalidade descrever medidas de integridade mais simples e com menos rigor formal. Pelas novas diretrizes, as micro e pequenas empresas devem, sim, implantar rotinas que possibilitem um monitoramento eficiente, para que as práticas de corrupção não sejam mais toleradas.

CI – De que maneira a governança corporativa pode ser útil para a empresa, em termos de rentabilidade e sustentabilidade?

EG – Em um cenário de elevada competitividade, as empresas que adotam medidas de governança firmam compromisso de integridade com seus funcionários e com a sociedade em geral. Isso faz com que a imagem da instituição seja forte, para seus clientes internos (funcionários) e externos (mercado). A percepção de uma empresa saudável conquista e motiva os funcionários, facilita negócios jurídicos com fornecedores, fideliza clientes, além de atrair novos. Tais reflexos servem à sustentabilidade da organização, em sua dimensão social, econômica e ambiental.

CI – E como a governança corporativa pode agregar valor para a empresa?

EG – A governança permite que a empresa atue de maneira mais ética e transparente. A integridade na condução dos negócios é importante, pois mantém a boa reputação da marca. A vinculação do nome da empresa a práticas ilícitas, por exemplo, afeta diretamente a organização em vários aspectos, comprometendo sua manutenção no mercado. As companhias que implantam programas de *compliance* e adotam medidas de boa governança empreendem um ciclo de mudanças que passam, necessariamente, pela obediência a valores morais e éticos. E tais valores precisam ser resgatados no ambiente corporativo, especialmente no mercado atual.

A adoção de boas práticas de governança depende de uma gestão que provoque reestruturação organizacional e estratégica. Em muitos casos, essa reestruturação é um grande desafio, mas é também uma postura necessária. A empresa que muda sua forma de realização de negócios, conforme as medidas de governança, assume papel central na mudança da cultura de práticas negociais no país. Seus princípios e valores começam a ser refletidos nos negócios com fornecedores, nas atitudes de seus funcionários, e estes, daí em diante, passam a disseminá-los.

CI – Quais os principais pilares da boa governança?

EG – É importante que a empresa crie programa de integridade que determine quais as diretrizes que almeja seguir na sua forma de atuar. Para isso, o modelo que será criado deve se estruturar a partir dos seguintes pilares: prevenção, identificação e correção.

Uma empresa sustentável deve priorizar processos que minimizem riscos de atos ilícitos e, mais do que isso, motivem os funcionários a terem comprometimento com as boas práticas, em suas atitudes e relações; esse é o

pilar da prevenção. A detecção servirá para identificar atividades que estejam em desacordo com a lei, ou mesmo com as normas internas da empresa. Por último, vale destacar a necessidade de implantação de ações corretivas, que sirvam à iniciação e ao acompanhamento de processos de investigação, sondagens, comprovações e, até mesmo, imposição de medidas disciplinares, quando verificada existência de ações contrárias à boa governança.

CI – Muitas indústrias são empresas familiares. De que forma a governança pode contribuir para o aprimoramento da gestão?

EG – A implantação do modelo de boa governança em empresas familiares pode parecer um grande desafio, mas é uma

decisão mandatória. Essas corporações sofrem pressões e tornam-se mais pragmáticas na escolha de suas prioridades. Em muitos casos, acabam relegando novas práticas e tendências, enraizando-se em percepções antigas. Por isso mesmo, também para elas, a estruturação de um programa de *compliance* é importante.

O empresário familiar que pensa não ser necessária a submissão às boas práticas de governança está predestinado ao declínio. É necessário que os diretores dessas organizações percebam que as boas práticas de governança podem preservar, e mesmo incrementar, o valor da empresa no mercado, assegurando sua manutenção e crescimento, além de facilitar o acesso a recursos. A boa gestão deve acompanhar o natural processo de profissionalização pelo qual devem passar, a fim de que sejam adotados processos que sirvam à prevenção, detecção e correção quanto à forma como a própria família interage com seu negócio.

“Uma empresa sustentável deve priorizar processos que minimizem riscos de atos ilícitos e, mais do que isso, motivem os funcionários a terem comprometimento com as boas práticas, em suas atitudes e relações; esse é o pilar da prevenção”

FIRJAN MOBILIZA EMPRESÁRIOS EM APOIO AO DISQUE DENÚNCIA

Fruto da articulação do Sistema FIRJAN com outros representantes do setor privado, o Disque Denúncia completa 21 anos como um dos canais de combate à criminalidade no estado do Rio. Como forma de colaborar com a organização, a Federação, por meio do CIRJ, promove um apoio institucional mobilizando a participação dos associados.

“É extremamente importante o apoio empresarial a esse tipo de atividade que contribui no ambiente de segurança. A indústria só se desenvolve quando há condições de segurança mais organizadas, e uma das peças que ajudou nosso estado foi a implantação do Disque Denúncia. Além disso, trouxe para população uma ferramenta de denúncia que é monitorada por órgãos públicos”, explica Luís Arruda, gerente do CIRJ.

De acordo com Zeca Borges, diretor geral da entidade, a parceria com a Federação tem desempenhado um papel primordial para o funcionamento do órgão ao longo de sua história. “O Disque Denúncia, iniciativa do Instituto MovRio, nasceu no âmbito do empresariado fluminense numa época que o estado do Rio passava por uma crise na segurança pública. O principal motivo para sua criação foram os sequestros que estavam deixando o estado em total insegurança e afastando



Site do Disque Denúncia: um dos principais canais de combate à criminalidade no Rio

nossas empresas para outras regiões”, afirma Borges.

Em duas décadas a organização registrou mais de dois milhões de denúncias anônimas, constituindo-se como um relevante instrumento de integração entre a sociedade e a segurança pública fluminense para redução da violência no estado.

A iniciativa é fundamental para manter um ambiente de negócios seguro para a classe empresarial fluminense e para o desenvolvimento do estado do Rio. “Tivemos participação na diminuição dos sequestros, assim como no fortalecimento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)”, diz Borges, reforçando também a colaboração do órgão para

denúncias relativas a roubos de carga e de luz elétrica.

Também financiado pelo governo do estado, o Disque Denúncia tem sido diretamente impactado pela desaceleração econômica. “Com a crise nós tivemos uma queda muito grande de arrecadação. Como o setor privado é o autor da ideia, foi o responsável por sua criação e manutenção, acreditamos que esse é o momento de superarmos juntos esse desafio”, ressalta o diretor.

FAÇA SUA DOAÇÃO

Banco Bradesco
Instituto MovRio Agência 3176-3
Conta Corrente 0422182-6
CNPJ 074248110001/69
www.disquedenuncia.org.br

EXPEDIENTE: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). **Presidente:** Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira. **1º Vice-presidente:** Carlos Mariani Bittencourt. **2º Vice-presidente:** Carlos Fernando Gross. CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do Sistema FIRJAN. Prêmio Aberje Brasil 1999-2000. Prêmio Aberje Rio 1999-2000-2001. **Assessoria de Imprensa:** Juliane Oliveira e Lorena Storani. **Editada pela Insight Comunicação.** **Editor Geral:** Coriolano Gatto. **Editora Executiva:** Kelly Nascimento. **Redação:** Janaina Salles e Nathalia Curvelo. **Revisão:** Geraldo Pereira e Paulo Barros. **Fotografia:** Fabiano Veneza. **Projeto Gráfico:** DPZ. **Design e Diagramação:** Paula Barrenne. **Produtor Gráfico:** Ruy Saraiva. **Impressão:** Grafitto.

SISTEMA FIRJAN - Avenida Graça Aranha 1 • CEP: 20030-002 – Rio de Janeiro • Tel.: (21) 2563-4455 • www.firjan.com.br

EMPRESAS QUE INVESTEM EM ENERGIA SOLAR NO ESTADO DO RIO TÊM ISENÇÃO DE ICMS

A partir de agora, empresas do estado do Rio contam com uma Política Estadual de Incentivo ao Uso da Energia Solar. A Lei nº 7.122, sancionada pelo governo estadual no final do ano passado, estabelece que a energia elétrica gerada por micro e minigeradores solares no estado do Rio está isenta do pagamento de ICMS por um prazo de dez anos.

A lei tem o objetivo de aumentar a participação da energia solar na matriz energética do estado do Rio, estimulando seu uso para reduzir a demanda de energia elétrica em horários de pico de consumo. Além disso, estimula a implantação de indústrias de equipamentos e materiais utilizados em sistemas de energia solar no território fluminense.

“Esse incentivo é uma oportunidade de negócios. Agora poderemos recuperar os investimentos feitos na compra de placas solares em um tempo menor. A isenção do ICMS deverá atrair mais empresas para o estado do Rio”, destaca Alceir Corrêa, presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Centro-Sul Fluminense, que também preside o Sindicato das Indústrias de Alimentação de Três Rios, Paraíba do Sul, Sapucaia, Areal, Comendador Levy Gasparian e São José do Vale do Rio Preto (Sindal-TR).

ISENÇÃO PARA IMPORTAÇÃO

Aguarda-se também a aprovação pelo Senado do PL 8.332/2015 que isenta do imposto sobre importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar fotovoltaica, quando houver inexistência de equipamento similar no Brasil.

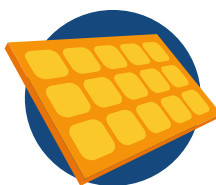
A nova lei representa vitória de um pleito dos empresários fluminenses, que debateram o assunto no Conselho Empresarial de Energia Elétrica do Sistema FIRJAN. A Federação continuará acompanhando o assunto e enfatizando a importância dos benefícios econômicos, energéticos e ambientais do desenvolvimento da micro e minigeração de energia no estado do Rio.



Banco de imagens

A lei objetiva estimular o uso da energia solar no estado do Rio

DIRETRIZES DA POLÍTICA ESTADUAL DE INCENTIVO AO USO DA ENERGIA SOLAR



Adotar incentivos financeiros, fiscais e tributários adequados ao desenvolvimento da cadeia produtiva da energia solar fotovoltaica, desde a transformação da matéria-prima, fabricação e instalação dos componentes e sistemas, até a venda da energia elétrica



Apoiar e articular uma política industrial para fomentar a cadeia produtiva fotovoltaica no estado do Rio, desenvolvendo o mercado de equipamentos e serviços, incluindo a atração de investidores nacionais, de bancos públicos, internacionais e o favorecimento da transferência de tecnologia



Fomentar a área solar fotovoltaica junto às universidades estaduais, laboratórios e instituições de pesquisa, ciência e tecnologia

CAPACITAÇÃO EM COMÉRCIO EXTERIOR PREPARA EMPRESÁRIOS PARA NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

O momento econômico do Brasil combina, entre outros aspectos, retração no mercado interno e valorização do dólar frente ao real. As duas variáveis tornam a exportação uma alternativa para escoamento da produção industrial fluminense. Para preparar empresários e gestores, o Sistema FIRJAN oferece diversos cursos de comércio exterior neste ano.

Os treinamentos são voltados para quem atua em áreas como câmbio, exportação, importação, marketing internacional, logística, transporte, seguros e defesa comercial. Os cursos do calendário abaixo foram desenvolvidos em parceria com a Fundação Centro de Estudo do Comércio Exterior (Funcex) e acontecem de março a dezembro.

Thiago Penaforte, analista de Comércio Exterior da DFL Indústria e Comércio S/A, participou de capacitação sobre procedimentos e rotinas na exportação no ano passado e pretende fazer outra neste ano: “Um bom gestor deve estar sempre atualizado. No curso do ano passado, pude conhecer detalhes da legislação que me permitiram minimizar riscos na operação e maior segurança na negociação”.

Para João Paulo Alcantara, gerente da FIRJAN Internacional, planejamento e capacitação são essenciais para atuar no mercado externo. “Em situações de crise ou de retração da demanda interna, muitas empresas veem a exportação como forma emergencial de prosseguir com suas vendas e produção. Os gestores devem estar

preparados, de maneira a expandir seus negócios, investimentos e lucros”, analisou Alcantara.

Dados do estudo Diagnóstico do Comércio Exterior do Estado do Rio – 2015 apontaram que 37,3% das empresas exportadoras negociaram com o mercado externo de forma esporádica, nos cinco anos anteriores. Se comparado ao levantamento feito em 2013, houve incremento de 27% no número deste tipo de exportação. “Essas empresas constituem parcela significativa que pode vir a tornar a exportação uma prática contínua”, completou o gerente.

Mais informações pelo telefone: (21) 2563 4600, pelo e-mail firjaninternacional@firjan.org.br ou site www.firjan.com.br/eventos.

CALENDÁRIO DE CURSOS EM COMÉRCIO EXTERIOR

Curso	Docente	Mês	Local
Importância da atividade exportadora: visão estratégica do comércio exterior	Romulo Del Carpio	8 de março	FIRJAN
Preparação para exportar	Gabriel Segalis	13 de abril	FIRJAN
Marketing internacional, incoterms e classificação de mercadorias	Marilza Gama	18 de maio	Funcex
Transporte internacional, estrutura do comércio exterior; logística & competitividade	Marilza Gama	15 de junho	Funcex
Procedimentos e rotinas na importação & análise documental	Marcelo Pereira	13 de julho	Funcex
Procedimentos e rotinas na exportação & análise documental	Marcos Assis	17 de agosto	Funcex
Câmbio na exportação e importação	Shirley Atsumi	14 de setembro	Funcex
Seguro de transporte internacional	Ricardo Armond	19 de outubro	Funcex
Financiamento às exportações: acesso a linhas de crédito	Shirley Atsumi	8 de novembro	FIRJAN
Como elaborar um <i>business plan</i>	Gabriel Segalis	1º de dezembro	FIRJAN